



**LEI Nº 1.842, DE 05 DE MAIO DE 2026.**

DISPÕE SOBRE A VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSELHO TUTELAR À SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS APROVOU E, EU, PREFEITO DE SÃO FIDÉLIS, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º.** Fica o Conselho Tutelar do Município de São Fidélis vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos.

**Art. 2º.** A vinculação administrativa prevista nesta Lei destina-se ao suporte técnico, administrativo, financeiro e estrutural necessário ao funcionamento do Conselho Tutelar, preservada sua autonomia funcional e decisória.

**Art. 3º.** Compete à Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos:

- I – prestar apoio administrativo ao Conselho Tutelar;
- II – gerenciar recursos humanos e suporte funcional;
- III – disponibilizar estrutura física adequada ao funcionamento;
- IV – fornecer equipamentos, materiais e apoio logístico;
- V – executar a gestão administrativa e orçamentária necessária ao funcionamento do órgão;
- VI – promover capacitação administrativa dos Conselheiros Tutelares;
- VII – adotar as providências necessárias ao pleno funcionamento do Conselho Tutelar.

**Art. 4º.** Permanecem inalteradas a autonomia funcional do Conselho Tutelar, suas atribuições legais e a forma de escolha de seus membros, nos termos da legislação federal e municipal vigente, mantidas, ainda, as demais disposições legais pertinentes.

**Art. 5º.** Fica o Poder Executivo autorizado a promover remanejamento



de dotações orçamentárias, bens, servidores e estruturas administrativas necessárias ao cumprimento desta Lei.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fidélis/RJ, 05 de maio de 2026.



**José William Ribeiro de Oliveira**  
Prefeito Municipal